



**CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO NA CÂMARA FEDERAL NO CENTENÁRIO DA GUERRA DE
CANUDOS SEU DISCURSO EM DEFESA DAS FORÇAS TERRESTRES DO BRASIL QUE LUTARAM
EM CANUDOS**



Cel Claudio Moreira Bento

Historiador militar e também jornalista e ex- comandante do 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajuba-MG 1981-1982 e um dos historiadores da Arma de Engenharia e da Academia Militar das Agulhas Negras .Presidente e Fundador da (ACANDHIS) e sócio benemerito do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército. O autor e Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia. declarado em 15 de fevereiro de 1955 Turma Aspirante Mega. Foi instrutor de História Militar na AMAN em 1978-1980.Fundou e preside desde 1º de Março de 1996 a Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB) desde então acolhida pela AMAN em suas instalações. Natural de Canguçu onde nasceu em 19 de outubro de 1931, entre as revoluções de 30 e 32 que empolgaram Canguçu.Estudou no Colegio N.S Aparecida 1938-1944, durante periodo que concidiu com a 2ª Guerra Mundial.

Esta trabalho foi digitalizado para ser colocado em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB , doado a AMAN em Boletim Interno e em levantamento para integrá-lo no programa Pergamium de bibliotecas do Exército

CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO NA CÂMARA FEDERAL NO CENTENAÁRIO DA GUERRA DE CANUDOS SEU DISCURSO EM DEFESA DAS FORÇAS TERRESTRES DO BRASIL QUE LUTARAM EM CANUDOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Reunião n°: 0763/97 Data: 24/09/97

SR. CLÁUDIO MOREIRA BENTO - Deputado Alcides Modesto, companheira Consuelo Pondé, do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, demais companheiros de Mesa, povo representante de Canudos. Eu aprendi muito com a Igreja, com o Pe. José Wilson, sobre informação e liberdade de escolha.

Hoje devemos memorar em conjunto a tragédia social, para usar os acertos cometidos, para que isso não se repita na atualidade e no futuro. Assim procedendo, estaremos usando a história como a mestra da vida.

Os conselheiristas, com sua resistência militar notável, enriqueceram o patrimônio histórico militar terrestre do Povo Brasileiro, que talvez um dia possa vir a ser usado para a defesa interna do Brasil no insondável terceiro milênio da nova Ordem Mundial. Provado de que o sertanejo, se é antes de tudo um forte, acrescento que foi também um bravo.

Lembro-me de que, próximo de Canudos, geograficamente no tempo, estava a Revolta de Cabanos de Alagoas, em Pernambuco, de 1832 a 1835, levada a efeito por brasileiros humildes do campo, que foi convenientemente administrada pelo poder civil com o auxílio da Igreja de Pernambuco, sem destruição recíproca de revoltosos ilegais e forças legais, evento que encerrou uma solução de cerco rebelde, que seria adotado mais tarde no Contestado.

No Contestado não houve a destruição total, porque houve um cerco e pouparam-se vidas de soldados, adeptos dos monges. E foi um General do Exército lá do Sul que

mandou que se retirassem as tropas, dizendo que o Exército não fora criado para perseguir brasileiros do sertão — lembrava o nosso Deodoro da Fonseca, que recusou que o Exército perseguisse o escravo fugido, o que equivaleu, naquela época, à Abolição de fato.

O Exército usou a grande lição extraída de Canudos, que foi uma Reforma Militar profunda, de 1898 a 1945, que elevou o padrão operacional de Canudos aos da Força Expedicionária Brasileira, na Itália. Essa Força lutou em aliança ou contra frações dos melhores exércitos do mundo; e fez muito boa figura. Talvez, muitos canudenses ajudaram, na FEB, a elevar, alto e longe, o nome do Brasil.

Faço minha apresentação. Está transcorrendo o centenário da Guerra de Canudos no sertão baiano, confronto fratricida que levou à morte e ao luto milhares de irmãos brasileiros, soldados do Exército, das polícias e sertanejos que os combateram.

A apuração da responsabilidade moral e política por essa tragédia grega brasileira, quando ambos os lados de combate acham que estão com a razão, espera-se que fique mais clara nos estudos serenos que se fizerem este ano, Espero que todos os presentes aprendam comigo um pouco da intimidade do Exército, que todas as nações do mundo possuem.

Não venho aqui, como ele o orador que me antecedeu, defender a Igreja; não venho defender o Exército. Encontro-me aqui na qualidade de Presidente de uma instituição chamada Academia de História Militar Terrestre do Brasil, com sede e fórum em Resende, entidade que tem por objetivo desenvolver as histórias do Exército, do Corpo de Fuzileiros Navais, da Infantaria da Aeronáutica, das Polícias e Bombeiros militares e de todas as demais forças que atuaram no Brasil desde o Descobrimento. Interessa-nos, sobretudo, estudar Canudos, a estratégia dos canudenses, porque isso pertence ao Patrimônio Histórico e Cultural militar do Povo Brasileiro.

Agradecemos a oportunidade que a Comissão de Educação, Cultura e Desporto nos proporciona, através do seu ilustre Presidente, Deputado Severiano Alves, de irmos aqui para abordarmos um significado histórico da Guerra de Canudos para as forças terrestres do Brasil que lá atuaram, através do Exército e — é importante que se diga — de onze polícias militares e de jagunços baianos recrutados no local.

Somos de parecer que a responsabilidade moral e política pelo lutuoso desfecho da grande tragédia de Canudos, hecatombe social brasileira para irmãos brasileiros conselheiristas e humildes, mas obedientes ao poder civil, soldados do Exército, polícias e jagunços, é da Sociedade Civil brasileira da época e instituições dela integrantes, inclusive a Igreja, que os senhores admitam quem se achar livre de pecados, que atire a primeira pedra. E os conselheiristas, motivados psicologicamente contra a República, Maçonaria e Positivismo agnóstico, e os soldados, por sua vez, para uma ameaça fabricada, à defesa da República, falsamente ameaçada por conselheiristas, que não eram monarquistas e não possuíam poder militar efetivo para colocar essa República abaixo, são as grandes vítimas de Canudos; melhor, são os mártires de Canudos.

Venho aqui, como os senhores vêm, homenagear os mártires de Canudos, aqueles humildes soldados, muitos meus conterrâneos gaúchos, cujas famílias, eu soube, foram para um local desconhecido, para uma coisa que não era a sua realidade, e lá deixaram a pele.

Não se deve celebrar vitórias sobre os conselheiristas, e, sim, comemorar Canudos no sentido da Sociedade Civil, pois sempre aparece o Exército como o algoz; porém, algoz foi a Sociedade Civil. Hoje devemos memorar em conjunto a tragédia social, para usar os acertos cometidos, para que isso não se repita na atualidade e no futuro. Assim procedendo, estaremos usando a história como a Mestra da Vida. no insondável terceiro milênio na nova ordem mundial, provado que o sertanejo, se é antes de tudo um forte, acrescento que foi também um bravo.

Lembro-me de que, próximo de Canudos, geograficamente no tempo, estava a Revolta de Cabanos de Alagoas, em Pernambuco, de 1832 a 1835, levada a efeito por brasileiros humildes do campo, que foi convenientemente administrada pelo poder civil com o auxílio da Igreja de Pernambuco, sem destruição recíproca de revoltosos ilegais e das forças legais, evento que encerrou uma solução de cerco dos rebeldes, que seria adotado mais tarde no Contestado. Os conselheiristas, com sua resistência militar notável, enriqueceram o patrimônio histórico militar terrestre do povo brasileiro, que talvez um dia possa vir a ser usado para a defesa interna do Brasil

No Contestado não houve a destruição total, porque houve um cerco e

poupavam-se vidas de soldados, adeptos e monges. E foi um General do Exército lá do Sul mandar que se retirassem as tropas, dizendo que o Exército não fora criado para perseguir brasileiros do sertão — lembrava o nosso Deodoro da Fonseca, que recusou que o Exército perseguisse o escravo fugido, o que equivaleu, naquela época, à abolição de fato.

Faço minha apresentação. Está transcorrendo o centenário da Guerra de Canudos no sertão baiano, confronto fratricida que levou à morte e ao luto milhares de irmãos brasileiros, soldados do Exército, das polícias e sertanejos que os combateram.

A apuração da responsabilidade moral e política por essa tragédia grega brasileira, quando ambos os lados de combate acham que estão com a razão, espera-se que fique mais clara nos estudos serenos que se fizerem este ano, para ser apurada por uma espécie de tribunal histórico como uma amarga e inesquecível lição retirada do episódio. Este é um problema social, como outros que estão acontecendo e que poderão apresentar-se na trajetória brasileira, o qual merece tratamento e respostas adequadas que Canudos não deu politicamente como oportunidade, prevenindo assim a tragédia que hoje todos lamentamos.

Como soldado, historiador militar assim vemos o episódio de Canudos e de como serviu de estopim para uma reação de parte de oficiais do Exército, veteranos e filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, para promover uma reforma militar que modernizou o Exército e o livrou do equivocado sistema de ensino, que vigorou de 1873 a 1905, potencializado pelo regulamento de ensino de 1890, baixado na melhor das intenções pelo Ministro da Guerra, Cel. Benjamin Constant.

Segundo se conclui, de Edmundo Campos Coelho, EM BUSCA DE IDENTIDADE, O EXÉRCITO E A POLÍTICA NA SOCIEDADE BRASILEIRA, o Exército, a partir de 1831, foi alvo de uma política de erradicação que, ao longo dos tempos, apresentou nuances variadas. A partir de então teve de concorrer com a guarda nacional, que se revelou incapaz de promover a segurança nacional, a não ser no Sul até a Guerra do Paraguai, tornando-se instrumento político anti-Exército, conforme se conclui das suspeitas de Ana E. de Castro e a Milícia Cidadã, a Guarda Nacional, 1831 a 1850, que se pretendeu até ressuscitar.

Finda a Guerra do Paraguai, em 1870, o espírito radicador do Exército ressurgiu forte. Para neutralizá-lo foi implementada a seguinte idéia traduzida no regulamento de

ensino de 1873, ou seja, formar oficiais doutores no Exército para ajudar a desenvolver o Brasil. E aqui, para as moças canudenses, o que acontecia com os oficiais: por outro lado, valorizar socialmente o oficial com título de doutor, para que pudesse concorrer como bom partido com advogados, médicos, filhos de industriais, comerciantes e fazendeiros, que até então eram preferidos para o casamento. A razão: desde a independência, para consolidar a integridade, a soberania e a unidade do Brasil, os oficiais viveram mais combatendo em lutas internas e externas. Assim, para o casamento, eles representavam viuvez e orfandade potenciais sem cobertura previdenciária compatível.

Os doutores passaram a ostentar, ante o disposto, o título de doutor, muitas vezes omitindo o posto ou até se aborrecendo quando por eles tratados. Os que viviam no Exército, na tropa, dedicados à segurança, eram tratados de tarimbeiros e não sem desdém, com status social inferior. Os doutores ou bacharéis teriam a seu cargo a elaboração da doutrina do Exército, através da congregação da Escola Militar da Praia Vermelha, dominada pelos bacharéis, mas eles não cumpriram esse dever. Esse sistema de ensino detonou a desprofissionalização do Exército, fazendo o segundo consenso de analistas da época e líderes da reforma militar a cair a níveis de operacionalidade inferiores ao que eles haviam conquistado na Guerra do Paraguai.

O progresso hierárquico era conquistado a base de cursos, que deram origem aos bacharéis do Exército muito versados em Ciências, Física, Matemática, poesia,

Literatura e pouco ou quase nada na profissão soldado, que é a arte e a ciência militar. Como complicador foi o positivo agnóstico, mal dirigido, introduzido através da cadeira de Sociologia na escola militar, ocasionando na Praia Vermelha que seus alunos desprezavam e riam de veteranos do Paraguai, desfilando garbosos com o peito coberto de condecorações, conforme o depoimento do General maranhense, Epitácio Fragoso, na introdução do seu clássico **A Batalha do Passe do Rosário**.

Um general que fizera a carreira bem sucedida como professor de descritiva na Praia Vermelha, teve desempenho militar deplorável ao ser enviado para o Paraná para conter o avanço federalista. Acusado de covardia, foi processado e condenado à morte, da qual escapou por empenho de seus alunos. Na escola não conseguia impor-se disciplinarmente aos seus alunos, conforme depoimento de seu assistente.

Senhoras e senhores canudenses, esse foi um Exército então dominado pelo bacharelismo das elites, que teve de improvisar a incorporação de centenas de alferes civis recrutados para completar os seus quadros, para enfrentar a guerra civil no Sul, de 1893 a 1895; a Revolta na Armada, de 1893 a 1894; e a Guerra de Canudos, em 1897. Eles apresentaram por vez, por despreparo, operacionalidade inferior aos revolucionários revoltosos, além de possuir no Sul o seu espírito dividido por muitos dos seus oficiais, incorporando os revoltosos por desinformações.

Os bacharéis, salvo honrosas exceções, estiveram ausentes dos confrontos. Foram alguns oficiais tarimbeiros, que sempre se dedicaram à instrução da tropa, que pretendiam liderar em campanha o Exército. Dentro os mais assinalados: Artur Oscar, Cláudio Savaget, Carlos Teles, João César Sampaio, Tompson Flores, Topi Caldas, que morreu em Canudos, Augusto Julião Serra Martins e outros.

Durante o combate da Ponte da Armação, combatendo a revolta armada, o Capitão Pérsio Fragoso foi ferido gravemente quando comandava uma peça de artilharia. Por ocasião da Guerra de Canudos, ele se encontrava em missão na Europa, aproveitando, inclusive, para corrigir seqüela deixada por um ferimento. Lá ele constatou, surpreso, o enorme esforço operacional entre os Exércitos europeus, em especial o Prussiano, relativamente ao nosso. De lá escreveu históricos artigos na revista do Brasil sobre a necessidade de o Exército brasileiro dispor de um Estado maior e de como era formado um oficial alemão, conforme abordamos ao biografar. Seus artigos repercutiram muito no Exército, de onde era muito acatado.

Pensamos ajudar a detonar a reforma militar, liderada por oficiais veteranos ou filhos de veteranos do Paraguai. São eles: João Nepomuceno Medeiros Mallet, que criou o Estado-Maior do Exército e a primeira fábrica de pólvora sem fumaça na América; Marechal Cantuária, que comandou a Bahia e foi o primeiro Chefe do Estado-Maior do Exército; Gen. Argolo, um grande herói baiano, que eliminou o grande equívoco que o Exército vivia há trinta anos do ensino bacharelismo. Ele extingui a Escola da Praia Vermelha e decretou o regulamento de ensino de 1905. Foi a inflexão do bacharelismo militar para o profissionalismo militar, que até hoje se sustenta, implementado na Escola de Guerra, em Porto Alegre, formando a geração que implantou o profissionalismo militar no ensino. Inclusive, o Marechal José Pessoa, um ilustre

paraibano, é que idealizou a Academia Militar das Agulhas Negras.

Hermes da Fonseca promoveu, reorganizou por completo, adquiriu armamentos modernos para o Exército na Europa, mandou oficiais estudar na Alemanha e fundou a revista **Defesa Nacional**, que funciona a 1903. Por aí vai o esforço continuado. Perguntado pelo único Ministro civil na República por que razão Pandiá Calógeras teria tido tanto sucesso como Ministro do Exército, ele respondeu: "Foi fácil; foi só seguir o planejamento dos meus antecessores". Essa foi a resposta que o Exército deu a Canudos aos equívocos desse ensino equivocado.

Como soldado e historiador não passo o recibo. Informação é liberdade de escolha. As manipulações históricas existentes, das quais V.Exas. mostraram algumas em jornais, revistas, livros, filmes e agora em CD-ROM, querendo a mídia responsabilizar o Exército, a Polícia Militar e canudenses que combateram seus irmãos em Canudos, pelos lutosos e sangrentos fatos ali ocorridos, deve-se muito a seus integrantes, que lá apareceram e também foram grandes vítimas por desinformação e manipulação de lideranças civis, que detinham o poder constitucional para enviá-los para lá.

Sras. e Srs. Deputados, isso já havia acontecido em 1875, no Rio Grande do Sul, na Revolta dos Mútuos. Canudos foi um problema bem ampliado em relação à Revolta dos Mocós. Tragédia semelhante talvez teria ocorrido não fora o Marechal Deodoro protestar contra o emprego do Exército para perseguir negros escravos fugidos.

Vale lembrar a qualquer chefe de família que a Pátria amplificada, necessitando prover de melhor grau de segurança para dissuadir, defender e mesmo repelir possíveis agressores, tomaria as medidas preventivas de segurança adequadas, e principalmente manter-se bem informados. Comprariam o melhor armamento possível e os melhores itens de segurança preventivos; conservariam suas armas, treinariam com ela, mudariam com frequência a munição etc. Mas não foi isso que as lideranças brasileiras fizeram e deu no que deu.

Depois de Canudos, a reforma militar no Exército que Canudos detonou foi um esforço hercúleo de várias gerações para evoluir de Canudos à Força Expedicionária, repetimos, quando essa Força Expedicionária fez muito boa figura ao lutar contra ou em aliança com frações mais expressiva dos melhores Exércitos do mundo presentes na Europa na Segunda

Guerra Mundial. Esta é para nós a real projeção para a força terrestre da fratricida Guerra de Canudos, é a responsabilidade por essa tragédia grega brasileira. Entendo como tragédia grega todas as facções que vão lutar e acham que estão com a razão. É o caso das nossas guerras civis. Os soldados foram para lá motivados, meteram na cabeça que aquilo, desculpem-me, seria um "chupa-cabra". Não eram os seres humanos que tinham de ser abusados. Em Canudos, diz o Presidente da República, o Poder Executivo, não deixe pedra sobre pedra; o Exército é o revólver do Presidente, é o revólver da sociedade, e foi mal usado.

Peço que V.Exas. entendam essa insistência no Exército. Foram onze Polícias Militares; Governadores de Estados que mandaram suas polícias. Jagunços — não gosto dessa palavra —, mas baianos foram recrutados também na inocência combater, talvez, parentes dos que morreram em Canudos.

Penso até que a responsabilidade moral e política pela tragédia seja da sociedade brasileira como um todo. Repito, instituição brasileira da época, política, econômica, social, militar, lideranças que estiverem isentas de responsabilidade pela tragédia de Canudos que atire a primeira pedra. Essa primeira pedra não vai aparecer. Isso é extensivo às lideranças da Igreja da época e não a esta Constituição. Também peço que não atirem pedra na instituição do Exército de hoje, mas nas lideranças que não corresponderam, se assim for julgado.

Fere-nos como soldados essa insistência de que o Exército destruiu, assim como fere vocês falarem mal dos canudenses. Estou querendo ser calmo, mas sinto amor por essa instituição. Não foi Canudos a nossa história de luta. Essa força, com a ajuda do povo brasileiro, desde o descobrimento, ajudou a dar essa conformação e manter este Brasil de dimensões continentais.

Agentes da mídia da época, na Capital da República, sem espírito crítico nenhum, perfilharam e difundiram a tese inverídica, além de exagerada e muito distorcida, de que Canudos se tornara um perigoso bastião monarquista que ameaçava de morte a jovem República. O Padre mostrou que nem monarquista Antônio Conselheiro era.

É vero que conselheiristas católicos, místicos e motivados não toleravam a Maçonaria, desde a questão religiosa, o Episcopo Maçônico, em que dois bispos foram presos até ser a questão pacificada pelo Duque de Caxias, patrono do nosso Exército — esqueceram-se

dele em Canudos —, que pacificou quatro lutas internas. O despreço que granjeou a República ao separar a Igreja do Estado é um fato não absorvido pelos conselheiristas, que viam na Maçonaria, na República e no positivismo agnóstico figuras demoníacas a serem exorcizadas.

Por outro lado, dos soldados que lá foram combater, a mando do poder civil legitimamente constituído, muitos o fizeram até o supremo sacrifício em defesa da República. Eu peço a caridade cristã do senhor, Padre, para aqueles milhares de soldados que lá ficaram. Há dois lados nessa tragédia. Magoa-me a insistência do fórum de Canudos em relação às vítimas massacradas. Ouvei, li e conheço essa história profundamente e sei do sofrimento pelo qual esse pessoal passou.

Canudos vive. A questão é encontrar uma solução racional e democrática para a questão global do solo. Essa é uma tarefa da sociedade civil como um todo. É seria uma possibilidade, como disse Gilberto Freire, mas uma possibilidade impossível.

Agradeço ao Sr. Deputado Alcides Modesto a paciência em ouvir-nos. Nesta revista do Exército está a experiência de Canudos, o que estamos aproveitando do que Pedrão Pajeú tem a nos ensinar. Esse é o Exército da caatinga, uma unidade de Petrolina que está absorvendo toda a ciência militar de Pedrão Pajeú e outros bravos, por quem tenho profundo respeito como soldado. Estamos olhando para a frente do nosso automóvel, e não pelo retrovisor, chorando sobre o leite derramado. Vamos construir sobre essas vítimas do Exército que foram enganados e foram as maiores vítimas dessa tragédia social.

Muito obrigado. (Palmas.)

Nota; Parece ter havido repetições no texto, razão pela qual o autor pede desculpas antecipadaa. Depois desta intervenção, a convite da TV Globo participamos de entrevista na Globo News em programa conduzido pelo reporter Bial, cujo texto em CD não conseguimos recuperar